

COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA: TERRITÓRIOS ALTERNATIVOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIOAMBIENTAL PARA A CIDADE E O CAMPO

COOPERATIVISM AND SOLIDARITY ECONOMY: ALTERNATIVE TERRITORIES OF ECONOMIC AND SOCIO-ENVIRONMENTAL DEVELOPMENT FOR THE CITY AND THE COUNTRYSIDE

Ângelo Rodrigues de Carvalho¹

Área Temática 06: Cooperativismo, Economia Solidária e Gestão de Empreendimentos
Modalidade: Artigo Científico

Resumo

Este artigo objetiva analisar o papel do Cooperativismo e da Economia Solidária como estratégias de desenvolvimento econômico e socioambiental em territórios urbanos e rurais, frente a maximização da lógica de acumulação ampliada do capital. Através do trabalho metodológico de uma revisão bibliográfica, seguida de análise qualitativa, são discutidos os princípios, práticas e impactos dessas formas alternativas de organização e produção econômica, especialmente em contextos de vulnerabilidade social e aprofundamento das desigualdades econômicas e socioambientais. O referencial teórico foi apoiado em pesquisas de autores com grande relevância na temática estudada, até porque a ciência e a produção de conhecimento se fazem na historicidade da construção do diálogo, da troca de saberes e da dialética do contraditório. Como resultado, o estudo evidencia que tais iniciativas políticas podem contribuir para a geração de trabalho e renda, com base na cooperação e na solidariedade, bem como ao fortalecimento da cidadania e o enraizamento territorial, configurando-se como caminhos viáveis para uma economia justa, inclusiva e democrática. Conclui-se que a expansão e o fortalecimento dessas práticas alternativas requerem políticas públicas integradas, formação continuada e redes de apoio interinstitucionais, o que pode ser alcançado a partir do trabalho e da organização dos sujeitos-territórios nos mais diversos e distintos lugares de sua existência e resistência material.

Palavras-Chave: Cooperativismo, Economia Solidária, Desenvolvimento Territorial, Organização econômica, Políticas Públicas

Abstract

This article analyzes the role of Cooperativism and the Solidarity Economy as strategies for economic and socio-environmental development in urban and rural territories, in the face of the maximization of the logic of expanded capital accumulation. Through the methodological work of a bibliographic review, followed by qualitative analysis, the principles, practices and impacts of these alternative forms of organization and economic production are discussed, especially in contexts of social vulnerability and deepening economic and socio-environmental inequalities. The theoretical framework was supported by research by authors with great relevance to the studied theme, especially because science and the production of knowledge are based on the historicity of the construction of dialogue, the exchange of knowledge and the dialectic of contradiction. As a result, the study shows that such political initiatives

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará/IFPA – Campus Castanhal; e-mail: angelo.carvalho@ifpa.edu.br

can contribute to the generation of work and income, based on cooperation and solidarity, as well as to the strengthening of citizenship and territorial rooting, configuring themselves as viable paths towards a fair, inclusive and democratic economy. It is concluded that the expansion and strengthening of these alternative practices require integrated public policies, ongoing training and inter-institutional support networks, which can be achieved through the work and organization of subject-territories in the most diverse and distinct places of their existence and material resistance.

Key words: Cooperativism, Solidarity Economy, Territorial Development, Economic Organization, Public Policies

1. Introdução

A crise estrutural do capitalismo, intensificada nas últimas décadas pelas políticas neoliberais, tem aprofundado as desigualdades econômicas e socioambientais e, conseqüentemente, a exclusão produtiva. Essas desigualdades tem atingido um número significativo de sujeitos da classe trabalhadora, tanto nos espaços urbanos quanto nos territórios rurais. Segundo Mance (2008, p. 13) “Embora alguns prefiram negar e renegar essa verdade, o capitalismo possui várias fendas sistêmicas que o impedem de ser economicamente, ecologicamente e solidariamente sustentável”. Diante desse cenário, o Cooperativismo e a Economia Solidária emergem como alternativas concretas de organização do trabalho e de produção, fundadas em princípios de solidariedade, autogestão, democracia e sustentabilidade sociocultural, voltados ao desenvolvimento econômico e socioambiental.

A globalização do modo de produção capitalista, que em síntese e na sua essência, combina-se com a política econômica neoliberal, agrava a situação de calamidade e desumanização humana, além de provocar a ameaça do colapso ambiental em todo o planeta, colocando em xeque o próprio futuro dos seres humanos e do ambiente natural, segue sendo a tônica da reprodução do modelo de desenvolvimento do capital e de suas elites dirigentes. Por esta razão, Viana (2016, p. 188) destaca que, “A destruição ampliada do meio ambiente é uma característica do modo de produção capitalista. Deixado a seu bel-prazer, o capitalismo tende a destruir a natureza da qual a humanidade depende e assim, por conseguinte, a si mesmo e a humanidade”. O referido autor é mais enfático ainda, ao chamar atenção de que, diante da reprodução ampliada do capital, a humanidade e a natureza se encontram prestes ao colapso do total. Para o autor, “Hoje estamos sob o signo do seguinte dilema: é ou a humanidade destrói o capitalismo ou o capitalismo destrói a humanidade” (Viana, 2016, p.188).

O aumento das desigualdades não se trata de um fenômeno novo na sociedade capitalista. A crise estrutural do capitalismo tem sido reproduzida ao longo das últimas décadas,

e, também, não se trata de uma questão produzida pela atual conjuntura da economia mundo, mas sim das resoluções e medidas políticas e econômicas do desenvolvimento do modo de produção capitalista, que cada vez mais exige um descaso em relação às forças produtivas e ao bem-estar social. De acordo com Mance (2016, p. 32) “o capitalismo segue crescendo, acelerando os ciclos de destruição, produção e destruição de meios econômicos, para intensificar os processos de realização do valor em sua espiral de acumulação”.

Diante da realidade produzida pela dinâmica de expansão e reprodução da acumulação capitalista, as práticas do Cooperativismo e da Economia Solidária podem oferecer respostas inovadoras para a criação de territórios alternativos de desenvolvimento sociocultural, nos quais a lógica da acumulação dá lugar à cooperação e à reciprocidade. O presente artigo busca compreender como essas formas de economia têm se articulado nos diversos contextos territoriais e de que modo podem contribuir para um modelo de desenvolvimento justo e integrado à vida dos sujeitos-territórios (Carvalho, 2023) da classe trabalhadora do campo e da cidade.

Para Carvalho, o sujeito-território é aquele que produz sentido e identidade a partir da sua vivência cotidiana com o lugar. É um agente que não apenas constrói o espaço e ocupa o território, mas que os transforma e é por eles transformado. Essa perspectiva enfatiza a centralidade das relações sociais, dos saberes locais e das lutas por reconhecimento e pertencimento territorial. Assim, o conceito ganha relevância especial em estudos sobre a luta e a resistência das populações tradicionais e movimentos sociais do campo e da cidade contra as dinâmicas de desigualdades e expropriação produzidas pela expansão capitalista, bem como em abordagens críticas do desenvolvimento territorial, a exemplo da presente pesquisa. Nesse sentido, o território não é concebido apenas como uma base física ou um espaço geográfico delimitado, mas como um campo simbólico, histórico e político-cultural que é continuamente (re)construído pelas práticas, experiências e identidades dos sujeitos que o habitam.

Conforme observam Chaves e Arcoverde (2021, p.165) “Na trajetória da sociedade capitalista, as desigualdades assumem feições diversas de acordo com as determinações políticas e sociais produzidas a cada ciclo histórico e em cada particularidade contextual”. Diante do exposto, é importante salientar que, desde o advento da Revolução Industrial o modo

de produção capitalista vem intensificando seu processo de acumulação material e financeira, gerando, conseqüentemente, o aumento progressivo das desigualdades socioeconômicas, que se expressam de forma contundente, em especial, nas sociedades dos países de economia dependente ou subdesenvolvida. Para Mance (2004, p. 20) “sob a lógica do mercado, o movimento de industrialização e urbanização capitalistas se concentrou”. No caso brasileiro, especificamente, essa concentração ocorreu em determinadas regiões, onde historicamente, apresentava-se melhor infraestrutura, disponibilidade de mão-de-obra e mercado consumidor.

Portanto, o agravamento dessas desigualdades tem se tornado cada vez mais alarmante, ocasionando uma brutalidade socioeconômica e político-cultural que coloca em xeque o futuro de um número significativo de pessoas em diversas partes do mundo. Esse contingente populacional é, cotidianamente, atingido pela pauperização e miserabilidade; situações que ameaçam e condenam diversos sujeitos, homens e mulheres, a se tornarem espécies de párias da sociedade, sem perspectivas de alcance de uma vida digna e um futuro próspero. Para se ter uma noção da situação alarmante, desde o início do século XXI, como afirmam Mazoyer e Roudart (2010), por volta da metade da população mundial vive na pobreza. De acordo com a FAO (2024), há mais de 842 milhões de pessoas subnutridas no mundo, sobretudo, nos países considerados em desenvolvimento.

No Brasil, a intensificação da concentração da renda e da riqueza nacional, que se ampliou com a pandemia da COVID 19, tem condenado milhões e milhões de trabalhadores ao mundo do desemprego, do subemprego e do mercado informal, logo, da pauperização e, muitas das vezes do desespero e da marginalização. A pandemia da covid-19, de acordo com Cruz e Oliveira (2024, p. 11) “acentuou o cenário de concentração da riqueza e centralização da produção. Em 2023, um ano após o encerramento oficial do quadro pandêmico, os bilionários estavam 3,3 trilhões de dólares ou 34% mais ricos do que eram em 2020”. Evidenciando-se assim, um maior incremento das desigualdades econômicas e socioculturais, existentes não apenas no país, mas em todo o globo.

A ampliação das desigualdades, e conseqüentemente das catástrofes socioeconômicas, que se reproduzem de forma permanente no tecido social, deixa claro e denuncia que a economia capitalista não consegue promover uma agregação da classe trabalhadora e nem uma

inclusão dos sujeitos na dinâmica do processo produtivo. Posto isso, é importante observar que “o desemprego e a pobreza estendem-se em escala planetária sempre mais rapidamente que a criação de emprego e de qualidade de vida” (Mazoyer; Roudart, 2010, p. 47).

O agravamento das desigualdades, combinado com a elevação dos índices de desemprego, pauperização e miserabilidade, atingem fundamentalmente os sujeitos-territórios mais pobres e aqueles que vivem nos espaços rurais/do campo, e dependem dos recursos ofertados pela terra, as águas e as florestas. Desta forma, os sujeitos-territórios que necessitam da natureza para conseguir sua reprodução material da vida são os mais prejudicados pela perversidade gerada e reproduzida pelas políticas econômicas do capitalismo. Para Mazoyer e Roudart (2010, p. 32) “essas políticas empobrecem ainda mais os camponeses e os mais pobres, que constituem a maioria das pessoas subnutridas no mundo”.

Na atual conjuntura, a intensificação das desigualdades socioeconômicas e, conseqüentemente, o agravamento dos problemas econômicos e socioculturais, pode-se considerar que seja resultado direto de uma questão estrutural, alicerçada na dinâmica da reprodução do modo de produção de capitalista. De acordo com as análises de Viana (2016, p. 184) “a dinâmica do modo de produção capitalista é comandada pela reprodução ampliada do capital, que significa cada vez mais acumulação, produção crescente de mercadorias e aumento de extração de mais-valor”. Historicamente, o aprofundamento das desigualdades no capitalismo, resultam, sobretudo, do processo de subordinação e aprisionamento das forças produtivas às lógicas de acumulação de valor, essência da característica do capital. Pois, afinal não existe capitalismo sem desigualdades. “O essencial e característico do capitalismo é a produção do mais-valor, pois aí reside o segredo da exploração capitalista...” (Viana, 2016, p. 183).

Logo, a manutenção e a maximização das desigualdades sociais e econômicas existentes, constituem-se na necessidade básica da reprodução do capital. Portanto, não basta apenas se posicionar contra a acumulação capitalista, trata-se, também, como afirma Mance (2016) de alcançar a liberdade das forças produtivas. “A principal força produtiva a ser libertada é o trabalho, que é provida pelos trabalhadores para a reprodução do capital” (Mance, 2016, p. 34). Frente ao exposto, é importante salientar que, “Por isso, a tendência natural do homem para a liberdade exige que, muito cedo, as crianças sejam disciplinadas para que façam o uso adequado desta liberdade” como bem observa Ribeiro (2020, p. 241). Para Figueiredo (2015,

p. 17) “No processo de produção e acumulação capitalista encontramos as determinações essenciais que reproduzem a ‘desigualdade social’, posto que tal reprodução é engendrada a partir da sua base material, evidenciada na contradição capital/trabalho”, que historicamente vem se intensificando.

Nesse ínterim, urge a necessidade de se repensar não apenas as políticas econômicas e socioculturais, mas o modelo de desenvolvimento hegemônico, que permanece, conforme afirmado anteriormente, gerando, reproduzindo e ampliando as desigualdades que seguem impedindo sonhos, expropriando terras e territórios, desumanizando os seres humanos e ceifando vidas. O modelo de desenvolvimento capitalista, mostra-se cada vez mais, excludente e perverso. Pois, ao longo da história, nunca foi e nem se demonstra capaz de abrandar a imensidão das desigualdades e suas severas consequências, como o desemprego, as exclusões, a pobreza e a miséria.

Contudo, contraditoriamente, diante do avanço do fenômeno tecnocientífico, cultural e socioeconômico do mundo globalizado, surgem alternativas de resistência e de uma outra lógica de organização e de produção de sujeitos-territórios da classe trabalhadora. Em outras palavras, como produto da própria lógica contraditória do modo de produção capitalista,

Nas últimas décadas, milhões de pessoas, em todo o mundo – enfrentando solidariamente realidades econômicas adversas, em meio ao capitalismo globalizado – começaram a inventar e reinventar, nos diversos continentes, novas e antigas formas de organizar-se atividades de consumo, comercialização, produção, financiamento e desenvolvimento tecnológico, buscando alternativas para resolver seus próprios problemas e, ao mesmo tempo, construir sociedades mais justas e sustentáveis. O resultado dessas iniciativas foi o surgimento de práticas diversificadas de economia solidária, permeadas por ações culturais e políticas, fundadas em princípios éticos e democráticos (Mance, 2016, p. 109).

Neste sentido, diante da ampliação desenfreada e estrutural das contradições e desigualdades socioeconômicas e culturais geradas e reproduzidas, de forma ampliada, pela dinâmica capitalista, o Cooperativismo e a Economia Solidária, apresentam-se enquanto alternativas viáveis aos trabalhadores nas mais diversas e distintas regiões do planeta, criando possibilidades de organização e articulação de atividades de produção, comercialização, consumo, financiamento e desenvolvimento tecnológico.

Neste sentido, argumenta-se que, a efetivação das práticas do Cooperativismo e a Economia Solidária, podem se constituir enquanto territórios de possibilidades da organização coletiva dos sujeitos que compreendem a classe trabalhadora rural e urbana, no que tange ao combate às desigualdades e à busca por melhores oportunidades e condições de trabalho e

emprego, ou seja, de alcance de uma vida digna e próspera. Segundo a análise de Abreu *et al* (2008, p. 75) “O esforço de revitalização das práticas cooperativas no Brasil se inscreve dentro de um movimento mais amplo de modernização das atividades e de ampliação da democracia, e ganha ressonância com as discussões sobre economia solidária”.

Neste sentido, para que o Cooperativismo e a Economia Solidária, apresentem-se enquanto territórios estratégicos de enfrentamento ao desemprego e de combate à fome, à pobreza e à miséria, e proporcione a construção das reais possibilidades do desenvolvimento socioeconômico e cultural da classe trabalhadora da cidade e do campo, torna-se necessário a compreensão e o conhecimento dos princípios e dos fundamentos dessas categorias. Portanto, é fundamental conhecer a história do movimento cooperativista e da Economia Solidária, e assim contribuir ao processo de organização e de luta política daqueles e daquelas que são responsáveis pelo trabalho e pela produção da riqueza: os trabalhadores e trabalhadoras rurais e urbanos.

Historicamente, a organização do Cooperativismo surgiu como uma resposta aos efeitos danosos gerados pelo avanço do capitalismo com a Revolução Industrial na Europa das primeiras décadas do século XIX. É importante ressaltar que a Revolução Industrial ao mesmo tempo que significou um período de grandes transformações sociais e econômicas, por outro lado, também representou uma “intensa adversidade para a classe trabalhadora”, como afirma Port (2022). A materialidade deste movimento cooperativo, consolida-se em 21 de dezembro de 1844, com a criação da Cooperativa dos Pobres Pioneiros de Rochdale, na Inglaterra, quando um grupo de 28 tecelões em busca de melhores condições de vida, resolvem enfrentar a realidade perversa dos salários baixos e do desemprego. Apesar de todas as dificuldades e limitações financeiras e econômicas enfrentadas no início, a sociedade cooperativa desses tecelões conseguiu resistir e ampliar seus negócios, com a abertura de moinhos e armazéns.

No Brasil, de acordo com as literaturas estudadas, historicamente, as primeiras manifestações do movimento cooperativo têm início ainda durante o período colonial, quando padres jesuítas, promoveram a organização de uma sociedade solidária, fundada nos princípios da coletividade. O Cooperativismo no Brasil, como explica Gomes (2005, p. 20), remonta a 1610, “quando os jesuítas iniciaram a construção de um modelo de sociedade solidária, fundamentado no trabalho coletivo, que valorizava o bem-estar do indivíduo e da família em detrimento do interesse econômico de produção”.

É importante destacar que, no Brasil o movimento cooperativo não é produto da organização de trabalhadores como alternativas ao desemprego e o agravamento das contradições sociais. No Brasil, a ideia de cooperativismo se constitui inicialmente enquanto uma expressão, sendo em outras palavras, uma “formula importada”, adotada pelas elites políticas e agrárias do país, como forma estratégica de obterem mais lucratividade com seus desmandos e negócios econômicos. Contudo, à medida que o movimento cooperativo foi ganhando força e se desenvolvendo, “passou a constituir-se possibilidade de organização social e de alternativa econômica dos trabalhadores brasileiros que começaram a fundar cooperativas em 1847” (Gomes, 2005, p. 20).

O Cooperativismo é uma forma de organização econômica baseada na união voluntária de pessoas para satisfazer necessidades comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e gestão democrática (OCB, 2023). Fundamentado em valores como ajuda mútua, responsabilidade, equidade e solidariedade, o cooperativismo promove uma economia centrada nas pessoas. “A cooperação, na nossa compreensão, tem o significado da colaboração mútua, da liberdade de expressão e superação da individualidade, com a (i)materialização da sinergia, espontaneidade, confiança e solidariedade” (Saquet, 2019, p. 50).

Segundo Singer (2002), as cooperativas têm o potencial de fortalecer os laços comunitários, gerar empregos estáveis e fomentar o desenvolvimento local, especialmente em contextos de escassez de oportunidades formais de trabalho.

A Economia Solidária, por sua vez, abrange um conjunto de práticas socioeconômicas que valorizam o trabalho coletivo, a autogestão, as sinergias entre as pessoas e a solidariedade. “Essas sinergias precisam acontecer como **solidariedade**, reciprocidade, ajuda mútua, espontaneidade, confiança e estar diretamente vinculadas à conquista da autonomia decisória, embora esta seja relativa a partir da (in)formação continuada”, afirma Saquet (2019, p. 51. Grifo do autor).

De acordo com Gaiger (2007) a Economia Solidária se expressa em formas como associações, cooperativas, redes de trocas e bancos comunitários. Segundo a análise de Saquet (2019, p. 51) “A solidariedade precisa ser construída entre as pessoas, geográfica e historicamente, nas conversas, nos debates, nas decisões, na vizinhança, na partilha, na cooperação, enfim, na práxis e nas sinergias cotidianas”.

Essas experiências desafiam a lógica capitalista tradicional ao propor uma economia voltada para o bem comum e o desenvolvimento socioeconômico pautado na justiça social. Para Lechat (2010), a economia solidária permite a valorização de saberes locais, a construção de autonomia e a inclusão social de populações historicamente marginalizadas, a exemplo de um número cada vez maior de sujeitos da classe trabalhadora que buscam – cotidianamente de formas diversas – promover a manutenção material de suas vidas no campo e na cidade.

Neste preâmbulo, traz-se ainda a importância dos princípios da Economia Solidária para o processo de resistência da classe trabalhadora, frente as desigualdades que lhes atinge. Por esta razão, partindo da problemática da permanência das desigualdades socioeconômicas geradas pelo capitalismo. Define-se enquanto problema deste presente trabalho, a seguinte questão: como enfrentar, nos dias atuais, as desigualdades socioeconômicas produzidas pelo capital?

Destarte, o objetivo que se busca alcançar com as reflexões aqui trazidas, é apontar proposições que sirvam de alternativas ao desenvolvimento socioeconômico e cultural da classe trabalhadora da cidade e do campo. Acreditando-se que é possível, a partir da percepção e compreensão da realidade do desenvolvimento histórico e estrutural do modo de produção capitalista, apontar caminhos que sirvam de ferramentas estratégicas para que as/os trabalhadoras/es do campo e da cidade, possam se opor, de forma contundente, as perversidades produzidas pela dinâmica do capital, alcançando-se assim possibilidades reais de mudança e melhoria das condições de vida dos sujeitos-territórios urbanos e camponeses.

2. Metodologia

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, de cunho exploratório, fundamentada em uma revisão bibliográfica de autores clássicos e contemporâneos da temática em questão. Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica consiste no levantamento, análise e interpretação de contribuições teóricas existentes que se relacionam com o tema investigado, permitindo a construção de um referencial sólido para compreender fenômenos sociais complexos.

Para realização da pesquisa, foi realizado um levantamento teórico a partir da leitura e análise de livros, artigos científicos, teses, dissertações e documentos institucionais publicados nos últimos vinte anos, com foco nos conceitos de cooperativismo, economia solidária e

desenvolvimento territorial. As fontes foram selecionadas nas bases de dados eletrônicas SciELO, Google Acadêmico, Portal de Periódicos da CAPES, bem como em publicações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

A análise do material coletado foi guiada por categorias temáticas que emergem das próprias abordagens teóricas, como princípios e práticas do cooperativismo; fundamentos da economia solidária; territorialidades urbanas e rurais como espaços de resistência e inovação social; e experiências concretas de desenvolvimento socioeconômico pautadas em formas associativas de produção, trabalho e consumo.

Para assegurar a qualidade e a relevância das fontes, foram utilizados como critérios de inclusão, questões ligadas à pertinência direta com o tema proposto; publicações em periódicos qualificados ou editados por instituições reconhecidas; textos disponíveis em português, inglês ou espanhol. Textos duplicados, incompletos ou sem rigor acadêmico foram excluídos da análise.

Desta forma, a metodologia adotada permitiu a construção de um panorama crítico sobre o papel do Cooperativismo e da Economia solidária como alternativas viáveis de desenvolvimento sociocultural, tanto em contextos urbanos quanto rurais, com ênfase na valorização dos territórios, das redes locais de produção e dos saberes coletivos.

3. Resultados/Discussões

Os resultados apontam que o aprofundamento das desigualdades socioeconômicas, tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais, tem sido um dos principais fatores que impulsionam a busca por alternativas econômicas inclusivas e democráticas, como o Cooperativismo e a Economia Solidária. O incremento da concentração de renda, do desemprego estrutural, da informalidade e da marginalização de setores inteiros da sociedade, fundamentalmente provocados pelas medidas políticas do neoliberalismo, denota e denuncia a insuficiência dos modelos tradicionais de desenvolvimento do capitalismo em atender às necessidades da maioria da população. Em especial, nas periferias urbanas e nos territórios rurais, essas desigualdades

se expressam na dificuldade de acesso a crédito, a mercados, à terra e a políticas públicas, limitando as possibilidades de geração de trabalho digno e de condições de vida sustentáveis.

Segundo Mance (2004, p. 17) salienta-se que,

Nas últimas décadas houve um aprofundamento da concentração de renda no país. Os modelos de desenvolvimento adotados, tanto no período da ditadura militar quanto na fase neoliberal, revelaram-se insustentáveis, provocando grave exclusão social, endividamento externo e interno e dramáticos impactos ambientais.

Em sua afirmação, Mance ressalta de forma crítica os efeitos negativos dos modelos de desenvolvimento adotados no Brasil nas últimas décadas, especialmente durante a ditadura militar (1964–1985) e o período neoliberal, iniciado na década de 1990 e se intensificado, de forma mais contundente, a partir dos anos 2000. Segundo Mance (2004), ambos os períodos, embora distintos em suas estratégias econômicas e políticas, resultaram em uma maior concentração de renda, exclusão social e desequilíbrios estruturais.

Durante a ditadura militar, o crescimento econômico foi acelerado, mas concentrado, com benefícios restritos a determinados setores sociais e econômicos. Já no período neoliberal, marcado por políticas de privatização, abertura ao capital estrangeiro e austeridade fiscal, houve um enfraquecimento do Estado como promotor de bem-estar social, aprofundando desigualdades, precarizando o trabalho e desumanizando os seres humanos. Além disso, Mance aponta que esses modelos contribuíram para o aprofundamento do endividamento interno e externo, gerando, conseqüentemente, severos impactos ambientais, o que os torna, do ponto de vista social e ecológico, insustentáveis. As posições de Mance (2004), portanto, denunciam a incompatibilidade do modo de produção capitalista com uma perspectiva de desenvolvimento justo, equitativo e sustentável.

Seguindo esta linha de raciocínio, ressalta-se que,

Cada forma de sociedade possui determinado modo de produção, no qual se realiza a produção dos bens materiais necessários para a sobrevivência humana, sendo uma relação direta com o meio ambiente, pois é dele que se extraem as matérias-primas sem as quais a produção seria impossível. Os meios de sobrevivência são externos aos seres humanos, por mais que alguns fantasiem uma separação e autonomização absoluta do ser humano. A forma fundamental de relação entre ser humano e natureza é através do trabalho. É através deste que ele se humaniza e faz o mesmo com a natureza. Da mesma forma, ele é a base do modo produção, que produz os bens materiais e os meios de sobrevivência em determinada sociedade. Esse modo de produção, por sua vez, engendra um conjunto de formas sociais (“superestrutura”),

incluindo a cultura, as diversas formas de consciência que os seres humanos desenvolvem, inclusive sua consciência sobre a natureza (Viana, 2016, p. 181).

A afirmação acima, parte de uma concepção materialista histórica da realidade socioeconômica e ambiental, que compreende o modo de produção como elemento central na organização de qualquer sociedade. Cada forma de organização social estabelece um conjunto específico de relações com o meio ambiente, do qual extrai os recursos necessários à produção de bens materiais. O trabalho, destaca-se como o elo essencial entre o ser humano e a natureza, logo, é por meio dele que a natureza é transformada, apropriada e, simultaneamente, o próprio ser humano se transforma e se constitui como sujeito social e histórico. “A compreensão da evolução de nossas sociedades reside, indiscutivelmente, na compreensão da importância que elas dão ao trabalho” (Linhart, 2007, p. 35). O modo de produção capitalista, portanto, não é apenas uma estrutura econômica, mas o alicerce sobre o qual se erguem as formas culturais, políticas e ideológicas – a chamada superestrutura.

Essa análise crítica revela como as formas sociais, inclusive a consciência ecológica e as práticas culturais, estão intimamente ligadas à base material da produção. Para Mance (2008, p. 13) “Sob o capitalismo, as forças produtivas são desenvolvidas com o fim de ampliar-se a concentração de riqueza e não com a finalidade de promover-se o bem-viver de todas as pessoas e o equilíbrio dos ecossistemas”. Nesse sentido, pensar alternativas ao modo de produção capitalista dominante – que historicamente tem promovido a exploração desenfreada da natureza e a concentração da riqueza – é também pensar novas formas de relação entre seres humanos e entre a sociedade e o meio ambiente, o ecossistema como um todo.

Aqui podemos colocar a questão ambiental como outra contradição gerada pelo modo de produção capitalista. Para existir e continuar sua expansão, o modo de produção capitalista gera uma destruição ampliada do meio ambiente. A destruição dos recursos naturais é cada vez maior e com o tempo pode se tornar irreversível, promovendo a extinção da espécie humana. [...] Dependendo do grau de destruição, os seus efeitos poderão se tornar insólveis no futuro. Por enquanto, geram contradições no presente que ficam cada vez mais graves (Viana, 2016, p. 187).

O autor assevera ainda que “A superação da destruição ambiental, no entanto, não ocorre com remendos no capitalismo e nem com conservacionismo. A resolução do problema ambiental não é possível sem resolver antes o problema da sociedade que o produz” (Viana, 2016, p. 189). É justamente nesse ponto que se insere e se apresenta a importância do Cooperativismo e da Economia Solidária, recriando e propondo novas formas de organização.

Essas formas alternativas de organização produtiva propõem uma relação mais equilibrada com o meio ambiente, ao valorizarem a sustentabilidade, a autogestão, o bem comum e a solidariedade dos e entre os sujeitos-territórios. Rompem, ainda que parcialmente, com a lógica da acumulação capitalista e promovem modos de produção nos quais o trabalho recupera seu papel humanizador e coletivo. Assim, Cooperativismo e Economia Solidária não apenas geram renda, mas também reconfiguram as relações sociais e ambientais, apontando para um modo de produção justo e integrado à natureza e à coletividade. “E é justamente na recriação criativa e propositiva, bem como na luta dos contrários, que está uma possibilidade para reorganizar as relações de poder, trabalhando-se *com o povo* para recriar e/ou qualificar a colaboração, a cooperação, a solidariedade e o diálogo” (Saquet, 2019, p. 59. Grifo do autor).

Linhart (2007, p. 37), afirma que

A evolução que se anuncia não é mais a de uma sociedade em que o trabalho se oblitera em benefício de outros valores. Ela se torna a evolução de uma sociedade em que se trabalhará de outra maneira, em que o trabalho se harmonizará com outros valores. Passa-se, assim, da ênfase numa alergia ao trabalho entre os jovens à ênfase no desejo de trabalhar de outra maneira, não só entre os jovens, mas também entre as mulheres. [...] trabalho menos estressante, mais convivial, alternativo, associativo, cooperativo, dualidade temporal, autonomia etc.

Nesse cenário, o Cooperativismo e a Economia Solidária, apresentam-se como respostas concretas à exclusão geradas pela dinâmica capitalista, oferecendo meios coletivos de superação das vulnerabilidades socioeconômicas por meio da organização popular, do uso racional dos recursos naturais locais e regionais e da valorização do trabalho como princípio fundante.

Contudo, os dados analisados também indicam que essas iniciativas ainda enfrentam inúmeros desafios para romper com as estruturas desiguais vigentes, especialmente pela falta de apoio institucional contínuo e pela ausência de uma cultura política que reconheça sua legitimidade. Assim, embora representem importantes territórios alternativos de desenvolvimento, essas práticas demandam um ambiente mais favorável para se consolidarem como estratégias de enfrentamento efetivo às desigualdades socioeconômicas que persistem e se aprofundam no Brasil contemporâneo.

A análise dos materiais aponta que tanto o Cooperativismo quanto a Economia Solidária promovem inclusão produtiva e fortalecimento da cidadania, atuando como alternativas ao

desemprego e à precarização do trabalho. Porém, como já afirmado acima, destaca-se a necessidade de políticas públicas consistentes, acesso ao crédito, capacitação técnica e apoio institucional para o alcance da consolidação dessas iniciativas, em consonância com a superação do desafio da sustentabilidade.

A necessidade de superar o desafio da sustentabilidade tem conduzido as práticas de economia solidária na direção de um maior investimento no seu processo de estruturação política como campo. Neste sentido, mais do que iniciativas inovadoras e singulares em termos da abordagem econômica, o campo da economia popular e solidária no Brasil se impõe também, cada vez mais, como um movimento de atores em busca de reconhecimento institucional. Este movimento reivindica direitos, interroga políticas públicas existentes e propõe outras. O objetivo é propor uma mudança institucional na direção do reconhecimento de um outro modo de instituir a prática econômica. A expressão concreta desse movimento são as redes e os fóruns, seus principais modos de auto-organização política (França Filho, 2007, p. 168).

A afirmação de França Filho (2007) evidencia a transição da Economia Solidária no Brasil de um conjunto de práticas econômicas alternativas pontuais para um campo político estruturado, com protagonismo social e reivindicação institucional. O desafio da sustentabilidade, entendida aqui em suas dimensões socioambiental, cultural e econômica, impulsiona esse movimento a se consolidar não apenas como prática econômica inovadora, mas como um projeto político coletivo, que busca reconhecimento formal do Estado e inserção nas políticas públicas.

Essa consolidação passa pela organização em redes e fóruns, que funcionam como formas de auto-organização e articulação política, permitindo que os sujeitos-territórios da Economia Solidária não apenas resistam às desigualdades do modelo capitalista, mas proponham novos paradigmas de produção, consumo e distribuição. Ao interpelar o Estado, essas organizações exigem direitos, regulamentações específicas e o reconhecimento de uma forma de educação e economia baseadas na cooperação, na solidariedade e na justiça social, em oposição à lógica do estranhamento (alienação), da competição e do lucro. Assim, a Economia Solidária deixa de ser apenas uma resposta local e fragmentada para se afirmar como movimento educativo político-social com capacidade de transformação institucional e construção de um outro modelo de desenvolvimento econômico, socioambiental, cultural e socioterritorial.

Nesse ínterim, acredita-se que a organização do Cooperativismo e da Economia Solidária na cidade e no campo, cria possibilidades de abertura e de construção de novas formas de sociabilidade e produção econômica, onde a preocupação central está voltada ao fortalecimento educacional, econômico e socioambiental dos sujeitos-territórios inseridos na dinâmica de produção coletiva, colaborativa e solidária, desenvolvida pelos seus próprios atores sociais.

Segundo Saquet (2019, p. 46) “As pessoas se reúnem para colaborar e viver melhor, política, econômica, cultural e ambientalmente”. Desta forma, pode-se conceber que a produção de um desenvolvimento socioeconômico e ambiental justo e democrático, voltado de fato e de direito às pessoas do campo e da cidade, mesmo frente aos desafios, trata-se de uma alternativa possível, desde que haja organização, compromisso, responsabilidade, ética e trabalho, valores que não podem ser encontrados na lógica capitalista, mas é possível no meio sociocultural dos trabalhadores, política e eticamente organizados.

França Filho (2007, p. 171) argumenta

De todo modo, há que se ressaltar, com base em algumas experiências em curso, a importância de tais políticas para redefinir as relações entre sociedade civil e poder político, no sentido de sua maior democratização, ampliando efetivamente nossa forma de conceber e realizar a ação pública. Isto porque um aspecto basilar na concepção e implementação de tais políticas diz respeito à necessidade de interações recíprocas entre o poder público e outros atores, o que aparece de modo mais evidente nas experiências mais exitosas.

Assim, observa-se que, no meio urbano, iniciativas de Economia Solidária têm se consolidado em áreas como reciclagem, artesanato, alimentação e serviços. Catadores organizados em cooperativas, por exemplo, transformam a lógica da exclusão em protagonismo econômico e ambiental (SENAES, 2019). Além disso, cozinhas comunitárias, hortas urbanas, redes de comércio justo e bancos comunitários têm promovido segurança alimentar e fortalecimento de vínculos socioculturais. “Nos últimos anos, organizações de economia solidária lançaram campanhas internacionais que articularam comércio justo e soberania alimentar” (Mance, 2004, p. 80).

Compreende-se, portanto, que tais práticas são significativas no processo de organização e produção econômica e socioambiental dos sujeitos-territórios, unidos em ações de colaboração e solidariedade. Em outras palavras,

Trata-se das formas, por excelência, de auto-organização sócio-econômica. Neste âmbito pode se alinhar diferentes experiências ou categorias, o que permite distinguir variadas práticas de economia solidária. Por exemplo, as finanças solidárias envolvem experiências de bancos populares, cooperativas de crédito e, mais recentemente, os bancos comunitários. Existem, também, as iniciativas que participam de uma categoria mais conhecida como comércio justo, além do segmento do chamado cooperativismo popular, expressão talvez majoritária no campo dos empreendimentos solidários. [...]. Um caso muito conhecido no Brasil, e talvez emblemático, é o Banco Palmas, da associação de moradores do conjunto Palmeiras, em Fortaleza (CE) (França Filho, 2007, p. 163-164).

Essas práticas também ressignificam o uso do espaço urbano, transformando territórios marginalizados em centros de resistência e produção coletiva, como mostram experiências em periferias de grandes cidades brasileiras (Mance, 2003). Desta maneira, é importante que a ocupação dos territórios não aconteçam de forma desordenada, é preciso que haja planejamento, a fim de que as ações produtivas possam ser realizadas de maneira estratégica para um melhor aproveitamento e uso tanto dos recursos naturais, quanto públicos destinados à reorganização socioespacial e econômica, tendo como fundamento um plano de desenvolvimento sustentável, que atenda e considere os campos intersetoriais que compõem toda sociedade, ou seja, que proporcione a defesa da cidadania, a garantia da vida, a emancipação e o crescimento humano (Mance, 2004).

A força da Economia Solidária no campo tem se consolidado cada vez mais como uma importante alternativa de desenvolvimento territorial no meio rural/agrário, especialmente em territórios historicamente marcados pela exclusão social, pela concentração fundiária e pela precarização do trabalho. Nesse contexto, a Economia Solidária se apresenta como uma estratégia de resistência e organização coletiva que fortalece a autonomia dos sujeitos-territórios do campo, por meio da autogestão, da cooperação e da valorização dos saberes locais.

Ao promover formas associativas de produção, como cooperativas agrícolas, agroindústrias familiares, associações de mulheres e grupos de jovens rurais, a Economia Solidária contribui para o fortalecimento da agricultura familiar camponesa e para a

permanência das populações no campo, respeitando suas culturas, seus modos de vida e o uso sustentável dos recursos naturais.

Nota-se, portanto que, a Economia Solidária no campo, vem se constituindo enquanto uma resposta concreta aos limites do modelo agroindustrial hegemônico, ao propor práticas econômicas que priorizam o bem comum, a justiça social e a soberania alimentar. Através da construção de redes solidárias de produção, comercialização e consumo, os empreendimentos solidários rurais conseguem ampliar sua inserção nos mercados locais e institucionais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Essas iniciativas geram trabalho e renda de forma sustentável e colaborativa, fortalecendo os vínculos comunitários e promovendo o desenvolvimento territorial com base na inclusão, na equidade e na dignidade.

Segundo Mance (2016, p. 110)

Inicialmente, tais práticas surgem como ações concretas e bem sucedidas de geração de trabalho e distribuição de renda. Posteriormente, articulam-se sob uma compreensão de desenvolvimento sustentável, baseada em sistemas de redes socioeconômicas colaborativas, voltadas à promoção do bem-viver do conjunto das sociedades.

No meio rural, cooperativas agroecológicas e associações de produtores familiares representam alternativas viáveis à lógica do agronegócio concentrador. Segundo Abramovay (2007), essas formas organizativas potencializam a soberania alimentar, o uso sustentável dos recursos naturais e o fortalecimento das redes locais de produção e consumo.

Além disso, a Economia Solidária no campo favorece a permanência das populações no território, reduz o êxodo rural e contribui para a valorização dos saberes tradicionais. Iniciativas como feiras livres, circuitos curtos de comercialização e cooperativas de crédito solidário são exemplos de práticas bem-sucedidas, as quais possuem condições viáveis de expansão e consolidação, garantindo o sustento e uma reprodução econômica salutar da classe trabalhadora.

Neste sentido, pode-se perceber que, nos territórios urbanos, as experiências analisadas no presente estudo, revelaram ganhos significativos em autoestima, segurança alimentar e

protagonismo comunitário. Já no campo, verificam-se impactos positivos na organização produtiva, na conservação socioambiental e no desenvolvimento do território local.

4. Considerações Finais

A análise realizada na presente pesquisa evidenciou que o Cooperativismo e a Economia Solidária configuram-se como alternativas concretas de desenvolvimento socioeconômico, especialmente nos contextos dos territórios urbanos e rurais marcados por desigualdades, exclusão produtiva e precarização das relações de trabalho. Ao promover formas organizativas baseadas na cooperação, na autogestão e na solidariedade, essas práticas econômicas desafiam a lógica da acumulação ampliada do capital e reafirmam a centralidade dos sujeitos-territórios coletivos na construção de processos sustentáveis de organização, produção, distribuição e consumo. “Ao se dirigirem a um público historicamente excluído, tais políticas respondem a demandas efetivas do campo mais estruturado da economia solidária, mas também induzem processos de auto-organização coletiva e solidária” (França Filho, 2007, p. 172).

Nos territórios do campo e da cidade, os empreendimentos solidários e os movimentos cooperativos se apresentam como instrumentos de transformação econômica e social, articulando redes locais, fortalecendo a agricultura familiar, promovendo a inclusão produtiva e resgatando valores comunitários e culturais. No entanto, para que essas experiências alcancem maior escala e impacto, é fundamental a ampliação de políticas públicas de fomento, capacitação técnica e acesso a mercados, bem como o reconhecimento institucional de sua importância estratégica para o desenvolvimento nacional. Conclui-se, portanto, que o fortalecimento do Cooperativismo e da Economia Solidária é um caminho viável e necessário para a construção de sociedades justas, democráticas, territorial e ambientalmente equilibradas.

Nestes termos, o fortalecimento do movimento cooperativista e dos empreendimentos solidários, conforme já afirmado anteriormente, exige investimento público, reconhecimento institucional e integração com políticas de educação, saúde, assistência social e desenvolvimento territorial rural e urbano. Assim, poderão se consolidar como pilares de um projeto de sociedade justo, solidário e democrático.

Em suma, Cooperativismo e Economia solidária representam caminhos viáveis e sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico e ambiental, especialmente em contextos

historicamente marcados pela exclusão. Ao promoverem a autogestão, a cooperação e o protagonismo popular, essas formas de organização econômica criam territórios alternativos que desafiam o modelo hegemônico de produção e consumo. Por esta razão, pode-se afirmar que uma das conclusões possíveis do presente trabalho, “é que essa situação somente será superada de maneira sustentável sob um outro modelo de desenvolvimento, que intrinsecamente desconcentre a riqueza” (Mance, 2004, p. 20) e a renda, e promova a superação da acumulação ampliada do capital.

5. Referências Bibliográficas

ABREU, Bruno S. *et al.* COOPERATIVISMO COMO ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL - O EXEMPLO DA COAPECAL. **Revista de Geografia**. DCG/NAPA, v. 25, n. 3, set/dez. Recife: UFPE, 2008.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e o futuro do desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

CARVALHO, Ângelo R. de. **A Educação do Campo no IFPA de Castanhal: reflexões sobre as contribuições dos egressos do PRONERA às novas lógicas para a promoção do Desenvolvimento Territorial Rural na região do Nordeste Paraense**. (Tese de Doutorado). Brasília, DF: UnB, 2023.

CHAVES, Helena L. A.; ARCOVERDE, Ana Cristina B. Desigualdades e privação de direitos na sociabilidade capitalista e suas expressões no Brasil. **Revista de Serviço Social**. n. 141, maio/ago. Recife: UFPE, 2021.

CRUZ, Caio A. G. da.; OLIVEIRA, Ednéia A. de. Acumulação capitalista e desigualdade social: o despotismo do capital. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, v. 35, n. 3. Viçosa/MG: UFV, 2024.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. The State of Food Security and Nutrition in the World 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/cd1254en>. Acesso em: 18/05/2025 .

FIGUEIREDO, Joseane G. **Desigualdade social e capitalismo: uma relação ineliminável da reprodução burguesa**. (Dissertação de Mestrado). Maceió: PPGSS/UFAL, 2015.

FRANÇA FILHO, G. C. de. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**. v. 7, n. 1. Porto Alegre, 2007.

GAIGER, Luiz Inácio (Org.). **Sentidos do trabalho: formas de organização nos empreendimentos de economia solidária**. São Paulo: Editora UFRGS, 2007.

GOMES, Antonio J. ORIGEM E EVOLUÇÃO DO COOPERATIVISMO NO MUNDO E NO BRASIL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA CONSTITUIR O SEGMENTO

EDUCACIONAL BRASILEIRO. **Revista Linguagens, Educação e Sociedade**. n 12, jan-junho. Teresina: UFPI, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LECHAT, Noëlle. **Economia solidária: utopia ou realidade?** Petrópolis: Vozes, 2010.

LINHART, Danièle. **A desmedida do capital**. Tradução Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2007.

MANCE, Euclides André. **A revolução das redes: economia solidária e libertação**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MANCE, Euclides André. Uma Possível Opção Estratégica pela Economia Solidária: Construção e Fortalecimento do Circuito Econômico Solidário. In: MANCE, Euclides André. **Fome Zero e Economia Solidaria**. Curitiba: IFIL; Editora Gráfica Popular, 2004.

MANCE, Euclides André. **Constelação Solidarius: As Fendas do Capitalismo e sua Superação Sistêmica**. IFIL, 1 ed. Passo Fundo: Editora IFIBE, 2008.

MANCE, Euclides André. [Notas introdutórias à libertação das forças produtivas](#). **Revista Filosofazer**. v. 48, n. 26, jan./jun. Passo Fundo, 2016.

MAZOYER, Marcel.; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. **Manual de identidade cooperativista**. Brasília: OCB, 2023.

PORT, Márcio. **Cooperativismo Financeiro: uma história com propósito**. Brasília: Confebras, 2022.

SAQUET, Marcos A. **Saber popular, práxis territorial e contra-hegemonia**. Rio de janeiro: Consequência, 2019.

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Atlas da Economia Solidária no Brasil**. Brasília, DF: MTE/SENAES, 2019.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

VIANA, Nildo. Capitalismo e destruição ambiental. **Revista Ateliê Geográfico [eletrônica]**. v. 10, n. 3, dez. Goiânia-GO, 2016. Disponível em:

<http://www.revistas.ufg.br/index.php/atelie>. Acesso em: 23/05/2025.